

**A DOXA DA SEGURANÇA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA
PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA**
*THE SECURITY DOX: ANALYSIS OF MEDIA'S INFLUENCE IN THE PERCEPTION OF
VIOLENCE*

Sonia do Carmo Groberio

Doutoranda em Direitos e Garantias Constitucionais pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Espírito Santo (Brasil).

E-mail: sonia.groberio@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7068629984990225>.

Adriano Sant'Ana Pedra

Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado e Doutorado - em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Procurador Federal. Espírito Santo (Brasil).

E-mail: adrianopedra@fdv.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0637600349096702>.

Submissão: 27.11.2019.

Aprovação: 14.10.2021.

RESUMO

Trata da análise da influência da mídia através das divulgações exaustivas de notícias que envolvem a violência e o imaginário da sociedade em relação à divulgação de acontecimentos violentos, surgindo o medo do crime e o aumento da sensação de insegurança. Como metodologia foi realizada uma pesquisa bibliográfica tendo como fonte, livros, artigos e publicações em mídias eletrônicas, além das matérias apresentadas nos programas de televisão e jornais escritos. Verificou-se a repercussão que a divulgação de notícias de crimes e violência causa nas pessoas, a ponto de interferir na sua percepção da violência no cotidiano, na sua sensação de segurança. Sugere-se que a violência praticada não reflete fielmente a sensação de segurança ou insegurança da população e que a mídia influencia na formação da *doxa* da segurança e leva as pessoas que têm acesso às notícias de crime e violência, a acreditarem que estão vivendo em uma sociedade vulnerável e insegura. Conclui-se que essas divulgações carecem da utilização da *episteme* ou conhecimento e, se este fosse utilizado, a mídia poderia contribuir para a discussão da temática violência, auxiliando na proteção das pessoas, fiscalizando as políticas públicas, com comprometimento e soluções para o problema.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Pública. Mídia. Opinião. Doxa. Episteme.

ABSTRACT

It deals with the analysis of the influence of the media through the exhaustive disclosures of news that involves the violence and the imaginary of the society in relation to the

dissemination of these violent events, arising the fear of the crime and the increase of the sensation of insecurity. As a methodology, a bibliographical research was carried out with books, articles and publications in electronic media as well as articles on television programs and written journals. The repercussion that the dissemination of news of crimes and violence has caused in people has been verified, to the point of interfering in their perception of violence in daily life, in their sense of security. It is suggested that the violence practiced does not faithfully reflect the sense of security or insecurity of the population and that the media influences the formation of security doxa and leads people who have access to the news of crime and violence, to believe that they are living in a vulnerable and insecure society. It is concluded that these disclosures lack the use of episteme or knowledge and, if it were used, the media could contribute to the discussion of violence, showing that they are committed to the solution of the problem.

KEYWORDS: Public Security. Media. Opinion. Doxa. Episteme.

INTRODUÇÃO

[...] a evocação jornalística do mundo não é feita para mobilizar e politizar; ao contrário, apenas pode contribuir para intensificar os receios xenófobos, assim como a ilusão de que o crime e a violência não cessam de crescer favorece as ansiedades e as fobias da visão securitária. (BOURDIEU, 1997, p.141-142)

A temática da segurança tem envolvido muitos pesquisadores e gestores na busca de uma solução tendo como consequência uma permanente tentativa de redução da criminalidade, um enorme desafio para a sociedade. A questão relaciona-se com diversos fatores, como o sistema de segurança previsto constitucionalmente, a falta de recursos humanos, materiais, tecnológicos e a influência dos segmentos externos ao sistema, principalmente a mídia.

Nessa discussão, para compreender os níveis do sentimento de segurança, são apontadas como condicionantes o crescimento da criminalidade, o fenômeno da urbanização, fatores culturais, o gênero, a renda, a idade e a influência da mídia com a forma de divulgações sobre violência, que será o foco de nossa abordagem.

Ressalta-se que parcela significativa da população, quando toma conhecimento das divulgações pela mídia, reflete sobre esses acontecimentos e tem uma percepção muitas vezes equivocada sobre o que é divulgado, criando um senso comum, ou opinião (*doxa*), notadamente em relação às notícias de crimes violentos.

Não se pode negar a existência de inúmeros crimes, mas com o avanço da tecnologia e a forma de comunicação da mídia, que não utiliza apenas a informação através de um discurso descritivo e, sim, o discurso prescritivo que se dirige a modificar ou influenciar a conduta das

A DOXA DA SEGURANÇA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

pessoas (Adeodato, 2011, p. 25), com notícias divulgadas quase que em tempo real, influenciam a sensação de segurança da população, o que pode banalizar a violência.

Assim, as pessoas passam a construir inimigos e fantasmas, deixando-se levar por todo tipo de informação que é imposta sem questionar a verdade (*aletheia*) dos fatos divulgados sem conhecimento científico (*episteme*). Vivemos em uma sociedade violenta, com altos índices de criminalidade, mas não se pode considerar que tudo e todos podem oferecer ameaça e viver num alerta constante.

Observa-se que cada vez mais os cidadãos são colocados diante de notícias violentas sobre crimes, levando-os à percepção de uma situação que não tem solução, gerando a “cultura do medo” que é agravada pela sensação de vulnerabilidade e de impossibilidade de defesa.

Dessa forma, é sinalizada uma necessidade de identificar os problemas e implementar medidas que possam reverter essa realidade, através de uma reflexão sobre os acontecimentos, identificando e diferenciando o que é real do que é imaginário.

Surgem assim, as indagações de como a mídia deve se comportar diante dos direitos dos cidadãos e, em contrapartida, contribuir com a transmissão do conhecimento, respeitando o limite entre o interesse público e a intimidade e vida privada dos indivíduos.

Através de pesquisa bibliográfica, foram desenvolvidos tópicos abordando inicialmente sobre a segurança, o ser humano e a comunicação. Em seguida foi realizada uma abordagem sobre o papel da mídia; a mídia e as notícias sobre segurança; bem como percepção, sensação de segurança, *doxa* e *episteme*.

1 A QUESTÃO DA SEGURANÇA

A segurança pode ser abordada sob vários aspectos, tais como, segurança jurídica, segurança alimentar, segurança do trabalho, segurança doméstica, segurança do trânsito, segurança da informação, segurança privada, segurança pública, dentre outras. O enfoque aqui será sobre a segurança pública, que é tratada na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 144, nos seguintes termos: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]”.

Já no artigo 5º, inserido no capítulo que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, o texto constitucional refere-se à segurança, como direito fundamental, conforme a seguinte descrição: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A palavra “segurança” é de origem latina e significa “sem preocupações”. Segundo Aquino (*apud* Weffor, 2001, p.98), a segurança é referida como um “mal a evitar”, assim entendida como ausência de risco, a certeza do futuro. Em contrapartida, Raffaele De Giorgi (2008, p.41), ao tratar do conceito de segurança, esclarece sobre sua evolução:

[...] segurança e estabilidade são conceitos destituídos de sentido. Conceitos que poderiam ser justificados apenas nos estreitos espaços da velha ontologia. [...]. Formas de confiança, de segurança e de estabilidade evoluem da mesma forma que evolui a representação do tempo em conexão com a temporalização da complexidade que a sociedade moderna produz. Trata-se, na verdade, de uma técnica de tratamento da complexidade que a própria complexidade produz. De fato, as garantias e seguranças, não são mais procuradas no passado. O passado não gera estabilidade. Agora, o problema refere-se ao futuro. O acesso sempre maior a um futuro que ameaça ou promete depende do observador, que pode ser sempre diverso.

A segurança se classifica como individual quando afeta uma pessoa, nos casos de crime contra a vida, contra a propriedade, e outros. Quando ameaça a sociedade e a coletividade, é tratada como segurança social e segurança coletiva, respectivamente.

Os filósofos Platão, Aristóteles e Cícero fizeram referência à organização política como estruturada em três ordens, que ensejava a paz e a segurança (Weffor, 2001, p.21). Essas três ordens representavam respectivamente o clero, a nobreza e o povo. O clero, ou a primeira ordem, existia de forma simbólica na relação com Deus e o saber representava a Igreja. A segunda ordem se relacionava à segurança interna e externa e representava as Forças Armadas. A terceira ordem tratava-se da reprodução biológica, na qual se incluía a família, a área econômica, a força do trabalho, e a origem dos impostos para dar alicerce ao Estado. Nesse sentido, o alcance da paz era o resultado do equilíbrio das três ordens representadas pelas instituições relacionadas.

Nos diversos eventos históricos mundiais a segurança sempre foi uma preocupação presente. Com o surgimento da teoria democrática do século XX, os homens foram considerados todos iguais e não deveria haver desavenças entre eles e, assim, não temiam mais por insegurança. Com a primeira e a segunda guerra mundial, surge o medo dominando o continente europeu, oriundos do fascismo e do nazismo. Como nos ensina Adeodato, o medo é a primeira fase da racionalização do ser humano; surge o medo da morte originada por um mito e também surge a crença na religião, através da qual se negocia com a divindade, se faz promessas e sacrifícios para melhorar a vida.

A DOXA DA SEGURANÇA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

Através do positivismo jurídico, surge a definição do Estado como monopólio legal da coação, o que fez desta o centro do direito e foi utilizada como instrumento de insegurança. O monopólio da violência ameaça a ruir com o próprio Estado, no começo do século XXI, abalando conseqüentemente a segurança individual, a social e a coletiva, aumentando a insegurança em todos os níveis. A violência está relacionada à natureza física do homem, segundo Luhmann (*apud* Ferraz Junior, 2007, p.360). Dessa forma, se a “violência gera violência, seja onde a violência está presente, mais violência pode aparecer”.

Esse quadro vai justificar medidas necessárias para garantir a segurança do Estado, como o estado de sítio e a ditadura no Brasil, acarretando uma crise do Estado em relação ao povo, à igreja, às forças armadas e a outras instituições nacionais, em virtude dos riscos mundiais e a situação de insegurança generalizada que afeta a vida das pessoas. Conforme explana Raffaele de Giorgi (2008, p.40), os riscos aumentam na mesma proporção que as medidas de segurança:

A experiência afirma que, quanto mais se aumentam as medidas de segurança, mais se incrementam os riscos. Sistemas de segurança constituídos por máquinas multiplicam, em seu interior, os riscos de controle dos controladores. A possibilidade de os cidadãos portarem armas para se defender aumenta o risco, não a segurança [...] Segurança não é uma condição que pode ser instaurada excluindo a multiplicação, o deslocamento e a difusão dos riscos que qualquer dos seus modelos produz. A política não consegue controlar os riscos que ela produz mediante a planificação de políticas de segurança.

Atualmente, o tema da segurança pública está em evidência e é divulgado pela mídia, que diariamente pauta os assuntos relacionados aos crimes e à violência que afetam a vida da população. A cobertura da mídia tem sido cada vez mais abrangente, inclusive com o acompanhamento dos fatos divulgando ações criminosas e operações policiais respectivas de forma simultânea.

Na discussão sobre segurança pública é primordial que sejam coletados dados estatísticos para subsidiarem a tomada de decisões e a implementação de políticas públicas. Com o incentivo do Governo Federal observa-se nos últimos anos uma maior produção de dados sobre a criminalidade aliada ao avanço da tecnologia que facilita registros, o armazenamento e tratamento adequados e mais constantes.

Não obstante, são divulgadas estatísticas sobre a criminalidade, muitas vezes constando subnotificações, que omitem dados, não correspondendo à realidade. Além disso, são noticiados fatos graves de determinadas localidades, gerando clamor popular, o que leva

os gestores da área de segurança a providenciarem respostas imediatas a esses fatos, adotando políticas públicas de curto prazo.

Nas pesquisas apontadas por Reiner (2004, p.205) descobriu-se que a mídia divulga com ênfase relatos de crimes específicos, ao invés de enfatizar análises das tendências, das causas e soluções. Ou seja, mostra que a quantidade de atenção dada ao crime não está relacionada a tendências nas estatísticas oficiais do crime, quando “a mídia superexpõe crimes graves, especialmente assassinatos, crimes contra a pessoa, ou aqueles que tenham algum elemento sexual”. E resume o referido autor: “[...] as notícias da mídia apresentam um quadro de crime que é enganoso em seu enfoque sobre o que é sério e violento, e dá destaque ao criminoso e a vítima mais velhos e de *status* social elevado”.

Dessa forma, cria-se por parte da população uma falsa ideia da realidade sobre a segurança no seu bairro, na sua cidade ou no seu Estado, influenciada pela forma como a notícia é veiculada pela mídia e também pela própria percepção dos fatos. Sobre essa influência, será abordada no próximo tópico a relação do ser humano com a comunicação.

2 O SER HUMANO E A COMUNICAÇÃO

O ser humano sempre teve necessidade de se comunicar, o que ocorreu de forma diferente nos diversos períodos históricos. Na evolução das formas de comunicação, registra-se como marco a inclusão de novas tecnologias que hoje permite o acesso às informações de forma quase instantânea. Ao modelo tradicional de comunicação que envolve mensagem, transmissor e receptor, e o processo de codificação e decodificação, foi acrescida a significação, que é a cognição humana, considerando-se a emoção própria do ser humano.

Necessita-se apontar, segundo Adeodato (2011, p.6), como diversos filósofos e cientistas explicam as relações entre o ser humano, sua linguagem e seu ambiente, mostrando de um lado a direção antológica e, do outro, a perspectiva retórica.

Para a primeira, o aparato cognoscitivo do ser humano, comandado por sua racionalidade, é capaz de chegar a enunciados descritivos que todos são racionalmente compelidos a aceitar, desde que empregado com a devida competência. Conhecendo o mundo, o ser humano também é capaz de avaliá-lo objetivamente, isto é, chegar a enunciados sobre o certo, o correto e o justo que também se impõe pela razão. Para a filosofia retórica [...] a linguagem não é um meio para o mundo real, ela é o único mundo perceptível. Simplesmente não existem elementos externos a ela, que constitui o meio ambiente do ser humano. Todo objeto é composto pela linguagem, o que significa dizer que o conhecimento é formado por acordos linguísticos intersubjetivos de maior ou menos permanência no tempo, mas

A DOXA DA SEGURANÇA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

todos circunstanciais, temporários, autorreferentes e assim passíveis de constantes rompimentos.

As emoções, através dos sentimentos, desencadeiam o processo cognitivo. No espaço de convivência do ser humano, ele cria seus signos, significantes e significados e vai compreendendo o que isso representa para o grupo no qual desenvolverá sua cognição.

Conforme Adeodato (2011, p.44), a razão humana enfrenta o mundo real circundante por meio de generalizações linguísticas que se dividem em significantes e significados. Os eventos reais são individualizados e essa individualidade é inapreensível pelo ser humano. Ou seja, o pensamento humano é fadado à confusão; a linguagem e o pensamento não se correspondem, bem como este com o mundo real, o que influencia na percepção.

Em relação ao interesse do ser humano pelo conhecimento, aponta Reiner (2002, p. 379) que as pessoas costumam ter interesse em conhecer as notícias, os filmes de ficção e até mesmo literatura que abordem o crime. É uma indicação de que o tema violência exerce um fascínio nas pessoas e a mídia televisiva explora bastante essa preferência do telespectador, resultando em altos índices de audiência.

No que concerne à vontade em conhecer e ao fascínio que as notícias violentas exercem sobre o ser humano, destaca-se que muitos pesquisadores buscam explicações. Para Férres (1998, p.98) existe a possibilidade dessas imagens espetaculares de violência ocuparem um lugar de satisfação imaginária das frustrações reais, e exercerem uma função catártica, potencialmente terapêutica.

E registra o autor que o termo *catarse* (*katharsis*) foi utilizado na Grécia desde Platão, considerado o pai da catarse, no sentido de purificação da alma através da linguagem. Já a partir de Aristóteles, o conceito de catarse passou a ser utilizado para se referir aos efeitos da tragédia. Assim, esse conceito pode ser aplicado como processo de purificação ou liberação psíquica produzida no espectador. A catarse é o resultado do processo de envolvimento emocional. É uma espécie de purgação, uma purificação psíquica pela liberação de sentimentos negativos, de emoções perturbadoras.

Extrai-se desse conceito que, ao assistir às notícias de crimes violentos, o espectador “lava a alma” e fica com a consciência limpa, por ser uma pessoa de bem e de conduta aprovada no meio social, livrando-se dessa forma das suas angústias e dos medos que o atormentam.

Percebe-se que são divulgadas as notícias sobre fatos violentos que acontecem muito próximos das pessoas, e também os fatos que acontecem em locais distantes delas; desta forma, as pessoas aproximam-se do ato violento como se fosse real. A mídia provoca essa coincidência entre a imagem e o real, tornando a violência um espetáculo contínuo, e permitindo ao telespectador acesso aos detalhes de todas as formas de violência.

A relevância e o enfoque dados pelos meios de comunicação a um determinado tema tende a ser absorvido pela sociedade na mesma intensidade. Uma notícia pode ser bastante relevante, mas, pela subjetividade de escolha da pauta, não ser naquele momento prioridade na divulgação dos meios de comunicação. Assim, o que é divulgado pela mídia, que é uma grande formadora de opinião, passa a ser a representação da realidade e tem a atenção da sociedade.

No contexto da globalização da informação, a mídia exerce um papel central nos diferentes aspectos da vida humana, que vai muito além da cobertura e divulgação das notícias sobre segurança pública, pois mobiliza as pessoas a pensar e agir sobre os fatos divulgados, como será tratado no tópico a seguir.

3 O PAPEL DA MÍDIA

A palavra mídia é derivada do latim “medium”, que significa “meio” ou “forma”. A palavra é derivada de outros vocábulos e no Brasil vem sendo utilizado como “mídia”, derivada da pronúncia inglesa “media”. Assim, por mídia entende-se o conjunto de meios de comunicação de massa incluindo televisão, jornal, rádio, cinema, teatro, meios eletrônicos, dentre outros, que levam a comunicação a um grande número de pessoas.

De todos os meios de comunicação a mídia televisiva é a que tem um alcance maior em todas as camadas sociais, além de propiciar com imagens e movimento uma sensação de realidade dos acontecimentos e a impressão do telespectador de que está fazendo parte do que está sendo veiculado.

Conforme previsão constitucional, no artigo 5º, inciso IV, está previsto que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”; e, no inciso XIV, que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardo do sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Complementando, tem-se no artigo 220 e parágrafos:

Art. 220 - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

A DOXA DA SEGURANÇA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

§1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV;

§2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

A referida previsão constitucional não possui regulamentação através de lei e o profissional de imprensa atua embasado no Código de Ética específico para os jornalistas, o qual prevê uma série de direitos, deveres, incluindo no artigo 7º: “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”.

Verifica-se que a liberdade de expressão, assim como qualquer outro direito, possui suas limitações, e, como nos ensina Adeodato (2011, p.347), nota-se a importância dada à positivação, à crença de que insculpir direitos em textos legais vai ensejar sua efetividade.

Nesse sentido, desde o Supremo Tribunal Federal declarou a Lei de Imprensa nº 5.250/1967 incompatível com a Constituição de 1988, têm ocorrido conflitos entre a liberdade de imprensa como valor fundamental ao Estado Democrático de Direito e os direitos de personalidade do cidadão, como direito à honra, à privacidade e à intimidade, por divulgações de fatos que ferem estes direitos, e estão sendo solucionados nos casos concretos através da ponderação de valores e interesses.

A mídia possui um papel relevante na conjuntura social atual, pois, além do dever de informar os fatos reais aos cidadãos, o que se coaduna com o princípio da publicidade previsto na Constituição, deve participar do debate e na implementação de políticas públicas, principalmente na área da segurança, exercendo influência significativa na vida dos cidadãos.

A mídia é composta por profissionais que são integrantes da sociedade e, embora tenham treinamento técnico adequado para atuarem, não possuem conhecimento específico na área de segurança, reproduzindo muitas vezes o senso comum, transmitindo a simples opinião (*doxa*) sobre os fatos.

Para Adeodato (2011, p.34), o ser humano desenvolve uma relação bem peculiar com o ambiente, sendo este um dos condicionantes do ato de conhecimento.

Trata-se da incompatibilidade entre os eventos do mundo real de Heráclito e as ideias de razão de Parmênides. [...] Os eventos, tais como entendidos aqui, constituem aquelas nebulosas que o senso comum chama de realidade vai depender de acordos também construídos, os objetos e acontecimentos do mundo real, aparentemente externos aos seres humanos. Os sujeitos são confrontados com esses eventos e não conseguem entender-se uniformemente a respeito deles. Os relatos linguísticos que os humanos

A DOXA DA SEGURANÇA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

constroem sobre eles são comumente chamados de ‘fatos’, cuja ‘veracidade’ vai depender de acordos também construídos.

A sociedade cria o senso comum através da circularidade das notícias e a forma como elas são divulgadas. O senso comum para Arendt (1981, p.221), “não é uma capacidade solitária, que cada qual exerce independentemente dos outros e que, não obstante isso, pode fazer que todos cheguem às mesmas conclusões; é porém, a presença de um mundo comum, base do que pode se chamar de senso comum”. Dada a facilidade dos meios de comunicação, essas notícias são assistidas em vários locais, reduzindo o espaço e tempo, atingindo várias camadas sociais, o que permite vivenciarem um mundo comum.

Acrescenta-se que os profissionais de mídia seguem a linha do jornalismo a que pertencem, bem como a do grupo empresarial, dos anunciantes em seus comerciais e também do público a que se destinam as notícias. E, ainda, não estão imunes às paixões próprias do ser humano e transmitem notícias carregadas de emoções e subjetividade, o que influencia na percepção das pessoas.

Pela importância que a mídia exerce na vida das pessoas, as notícias divulgadas deveriam ser contextualizadas para um melhor entendimento do público, com enunciados e relatos correspondentes ao fato. Conforme ilustra Marilena Chauí (2000, p. 126),

[...] a verdade depende, de um lado, da veracidade, da memória e da acuidade mental de quem fala e, de outro, de que o enunciado corresponda a fatos acontecidos. A verdade não se refere às próprias coisas e aos próprios fatos (como acontece com a *aletheia*), mas ao relato e ao enunciado, à linguagem. Seu oposto, portanto, é a mentira ou a falsificação. As coisas e os fatos não são reais ou imaginários; os relatos e enunciados sobre eles é que são verdadeiros ou falsos.

Verifica-se que as informações divulgadas pela mídia possuem diversos recursos para atrair a atenção do público. Para atingir seus objetivos, exploram-se a dor das pessoas, o constrangimento das vítimas e a privacidade, o que fere direitos fundamentais, e apela-se para relatos e enunciados diversos dos fatos. A forma de como ocorre a divulgação dessas notícias será tratada no próximo item.

3.1. MÍDIA E DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE SEGURANÇA

Conforme registrado por Reiner (2004, p. 204), muitos estudos tentaram calcular a proporção de notícias dedicadas a história de crimes. Foi verificado que a quantidade de atenção dada ao crime é maior nos jornais mais populares, além da radiodifusão e da televisão, que apresentaram uma proporção maior do que os jornais impressos.

A DOXA DA SEGURANÇA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

Diante da concorrência, a mídia busca extrair dos acontecimentos o que puder para que seu editorial vire uma marca. Quando a matéria trata de uma história de crime que possui grande repercussão, em muitos casos a tendência é dissimular, não considerar a verdade e apresentar contextos com mais detalhes, conquistando assim mais audiência. Para Nietzsche (*apud* Torres Filho, 2009, p. 1),

[...] no homem essa arte do disfarce chega a seu ápice; aqui o engano, o lisonjear, mentir e ludibriar, o falar-por-trás-das costas, o representar, o viver em glória de empréstimo, o mascarar-se, a convenção dissimulante, o jogo teatral diante de outros e diante de si mesmo, em suma, o constante bater de asas em torno dessa *única* chama que é a vaidade, é a tal ponto a regra e a lei que quase nada é mais inconcebível do que como pôde aparecer entre os homens um honesto e puro impulso à verdade.

Tem-se, dessa forma, uma divulgação de matérias pela mídia que apresentam dados e fatos mesmo que falsos, como se fossem verdadeiros, utilizando muito da encenação, do teatro, levando as pessoas a se convencerem do que está sendo exibido.

Ao tratar sobre a verdade, Marilena Chauí (2000, p.120) traz que, em nossa sociedade, “é difícil buscar nas pessoas o desejo de buscar a verdade, o que pode parecer paradoxal”, pois vivemos em uma sociedade que “acredita nas ciências, que luta por escolas, que recebe durante 24 horas diárias informações vindas de jornais, rádios e televisões, que possui editoras, livrarias, bibliotecas, museus, salas de cinema e de teatro, vídeos, fotografias e computadores”.

E a referida autora afirma que, por causa da enorme quantidade de veículos e formas de informação, acaba tornando difícil a busca da verdade, porque todos acreditam que estão recebendo, de modos variados e diferentes, informações científicas, filosóficas, políticas e artísticas, e que tais informações são verdadeiras.

Dessa forma, a tendência das pessoas que assistem as notícias violentas é acreditar que o bairro ou a cidade onde moram são lugares inseguros e costumam providenciar medidas de segurança, como instalação de alarmes, compra de armas e outros, comportamento diferente das pessoas que não assistiram às notícias. Pela forma como as notícias são veiculadas, percebe-se claramente a influência nas pessoas em relação à sensação de segurança, como será apresentado a seguir.

3.2 PERCEPÇÃO, SENSAÇÃO DE SEGURANÇA, *DOXA* E *EPISTEME*

Uma abordagem filosófica apresentada por Marilena Chauí (2000, p. 155) traz que a percepção envolve toda nossa personalidade, nossa história pessoal, nossa afetividade, nossos desejos e paixões, ou seja, a percepção é uma maneira fundamental de os seres humanos estarem no mundo. “Percebemos as coisas e os outros de modo positivo ou negativo [...]. O mundo é percebido qualitativamente, efetivamente e valorativamente”.

A percepção ou a sensação, ou ainda, o sentimento de insegurança no Brasil é bastante alto, “o suficiente para ser considerada uma questão de saúde mental pública” (SOARES, 2007, p. 108). Imaginava-se que as pessoas que morassem em regiões com altas taxas de criminalidade e violência apresentassem da mesma forma maiores níveis de sensação de insegurança. Não obstante, as pesquisas revelaram que não existe essa correlação, pois, segundo o referido autor, o sentimento de insegurança não está ligado apenas às condições concretas, como o percentual de crimes, o número de assaltos e arrombamentos, dentre outros, mas também às questões subjetivas, como influência da mídia, dos vizinhos, percepção dos riscos e ambiente geográfico.

A mídia explora a divulgação de crimes objetivando o aumento da audiência. Através da forma apelativa de levar a notícia, ela influencia todos e causa um sentimento de insegurança no meio social, proporcionando a chamada “cultura do medo”, o que, para Silveira (2013, p.25), tem levado as pessoas a mudanças de hábitos, como deixar de frequentar determinados lugares, mudar os itinerários para deslocamento, e adquirir materiais de proteção.

O medo é inerente ao ser humano e está sempre presente de alguma forma ou por algum motivo e o acompanha por toda sua vida. Segundo Bauman (2008, p. 8), medo é o nome que damos à nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito. Vivemos em uma era onde o medo é um sentimento conhecido de toda criatura viva.

Os medos contemporâneos, os “medos urbanos” típicos, ao contrário daqueles que outrora levaram à construção de cidades, concentram-se no “inimigo interior”. Esse tipo de medo provoca menos preocupação com a integridade e a fortaleza da cidade como um todo – como propriedade coletiva e garante coletivo da segurança individual – do que com o isolamento e a fortificação do próprio lar dentro da cidade. Os muros construídos outrora em volta da cidade cruzam agora a própria cidade em inúmeras direções (BAUMAN, 1999, p. 55).

A DOXA DA SEGURANÇA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

A mídia pode ser considerada uma causadora da proliferação do medo na sociedade, pela divulgação de um aglomerado de imagens e informações que transmite todos os dias às pessoas. O mundo líquido mostrado por Bauman é uma espécie de irrealidade dentro da qual estamos mergulhados, um mundo de aparência absoluta, de ameaças que quase nunca se configuram reais, mas que nos são mostradas cotidianamente, principalmente pela mídia. Diante disso, ele expõe o medo como uma forma inconstante.

Acrescenta o referido autor que o medo da modernidade é “notícia requentada” e que se tornou parte da cultura popular, nutrindo nossa “imaginação perturbada e apocalíptica”, na qual terremotos, tsunamis, outros desastres naturais e crimes de guerra deixaram de se situar num plano remoto da realidade. “Agora estão conosco o tempo todo, alimentando nossa mídia sensacionalista e privando-nos do doce sonho de que haja em algum lugar uma ilha distante onde pudéssemos nos sentir absolutamente seguros e felizes” (BAUMAN, 2014, p.117).

Vivemos em uma sociedade violenta, com altos índices de criminalidade, é verdade, mas não se pode considerar que tudo e todos podem oferecer ameaça e viver em um alerta constante, em uma sensação de insegurança. A influência da mídia é ressaltada por Marcos Rolim (2008):

Da mesma forma, a experiência de vitimização agrega medo e pode infelicitar as pessoas pela sensação comum às vítimas de que serão novamente “selecionadas” pelos criminosos. Não há dúvida, entretanto, que o enfoque sensacionalista produzido pela maior parte dos veículos de imprensa pode aumentar - e muito - a sensação de insegurança em uma sociedade dada. É o que tem ocorrido no Brasil, especialmente nos últimos 20 anos.

E, assim, as pessoas passam a construir inimigos e fantasmas, deixando-se levar por todo tipo de informação que é imposta sem questionar a real veracidade dos fatos divulgados, formando uma opinião (*doxa*) comum sem suporte no conhecimento (*episteme*).

De origem grega, a palavra *doxa* é utilizada pelos retóricos como ferramenta para formação de argumentos através de opiniões comuns, em oposição ao saber verdadeiro, conhecimento, ou *episteme*, e a *aletheia*, que é a verdade. A *doxa* tem sua significação como uma certa noção de julgamento e sentimento, no sentido de resolução e decisão parcial. Isso implica na sua compreensão como juízo subjetivo que tem valor apenas momentâneo, sem referência ética, pois tem a presente possibilidade da falsidade das crenças que suportam a ação.

Nessa mesma perspectiva, *episteme* é uma habilidade de fazer algo, um tipo de saber que tem suporte no conhecimento especializado e preciso da coisa, assim como a *aletheia*, que trata da verdade. São termos diametralmente opostos e Ferraz Junior (2007, p.339) aponta

que a “sofística descobriu desde cedo a dificuldade de se estabelecer uma linha divisória entre verdade (*aletheia*) e opinião (*doxa*), reduzindo tudo à segunda e proclamando a divergência insuperável das opiniões”.

Assim, as notícias divulgadas pela mídia são muitas vezes pautadas pela *doxa*, tanto por parte do público externo quanto por parte dos integrantes das emissoras, que se utilizam da subjetividade e emoção para divulgarem as notícias carregadas de dados. Nesse sentido, os fatos divulgados carecem da *episteme*, ou seja, o conhecimento científico, não se traduzindo numa simples opinião.

Em relação ao conhecimento, Marilena Chauí (2000, p. 140) traz que Platão diferencia e separa radicalmente duas formas de conhecimento: o conhecimento sensível (crença e opinião) e o conhecimento intelectual (raciocínio e intuição); e afirma que somente o segundo alcança a mera aparência das coisas, o conhecimento intelectual alcança a essência das coisas, as ideias. Aristóteles distingue sete formas ou graus de conhecimento: sensação, percepção, imaginação, memória, raciocínio e intuição. Para ele, ao contrário de Platão, nosso conhecimento vai sendo formado e enriquecido por acumulação das informações trazidas por todos os graus, de modo que, em lugar de uma ruptura entre o conhecimento sensível e o intelectual, Aristóteles estabelece uma continuidade entre eles.

Uma mídia comprometida com a temática da segurança deveria tratar o tema com muita discricção e apresentar as notícias utilizando-se do conhecimento especializado, com saber. Dessa forma, poderia auxiliar as pessoas a se protegerem através da prevenção, ao frequentarem determinados locais, bem como exercer um papel fiscalizador de efetividade das políticas públicas nessa complexa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da segurança tem envolvido muitos pesquisadores e gestores na busca de uma solução, com uma permanente tentativa de redução da criminalidade, o que é um enorme desafio para a sociedade. A questão relaciona-se com diversos fatores como o sistema de segurança previsto constitucionalmente, a falta de recursos humanos, materiais, tecnológicos e a influência dos segmentos externos ao sistema, principalmente a mídia.

A mídia possui um papel relevante na conjuntura social atual, pois, além do dever de informar os fatos reais aos cidadãos, o que se coaduna com o princípio da publicidade previsto na Constituição, deve participar do debate e na implementação de políticas públicas.

A DOXA DA SEGURANÇA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

A mídia difunde o medo na sociedade, pois a tendência das pessoas que assistem as notícias violentas é acreditar que o bairro ou a cidade onde moram são lugares inseguros e costumam providenciar medidas de segurança, como instalação de alarmes, compra de armas e outros, comportamento diferente das pessoas que não assistiram às notícias.

O medo reflete insegurança e cabe ao Estado o planejamento de ações que objetivem minimizar esses efeitos da divulgação de fatos relacionados à violência, proporcionando uma maior sensação de segurança à população. É importante que se estabeleçam limites éticos para o trabalho da mídia, de forma que respeitem a ordem legal e os direitos fundamentais, sem afetar, contudo, a liberdade de imprensa.

A *doxa* não poderia ditar a pauta da mídia. Porém, o que se verifica, é que as notícias sobre crimes são divulgadas através da interpretação de quem leva a notícia e ocorre o incremento com sinais emocionais, o que influencia sobremaneira a percepção da segurança por parte da população. Essas divulgações carecem da utilização da *episteme* ou conhecimento, e, se este fosse utilizado, a mídia poderia contribuir adequadamente para a discussão do tema violência, mostrando comprometimento para com a solução do problema, auxiliando as pessoas a se protegerem e exercendo um papel fiscalizador da efetividade das políticas públicas de segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, João Maurício. **Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo**. São Paulo: Noeses; 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIZ, Leonidas. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DE GIORGI, Rafaelle. **O risco na sociedade contemporânea**. Revista do Direito Sanitário. São Paulo. V.9. n.1 p.37-49. mar/jun. 2008.

A *DOXA* DA SEGURANÇA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO DA
VIOLÊNCIA

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FERRÉS, J. **Televisão subliminar**: socializando através de comunicações despercebidas. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NIETZSCHE, F. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. Trad. R. Torres Filho. *In*: MARÇAL, Jairo (org.). **Antologia de textos filosóficos**. Curitiba: SEED, 2009.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOARES, G. A. D. O sentimento de insegurança: teorias, hipóteses e dados. *In*: DUARTE, M. S. de B. (Coord.); PINTO, A. S.; CAMPAGNAC, V. (Orgs.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007**. Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2008.